

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 10 de março de 2022, com opinião sem modificação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

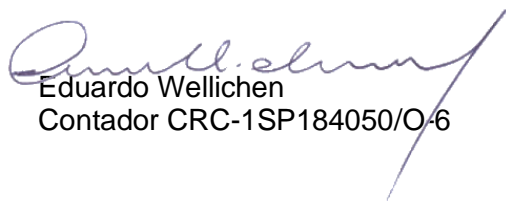
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Ativo Circulante		7.015	12.663
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.629	9.672
Investimentos Temporários	4	449	-
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	5	2.652	2.259
Serviços em Curso		166	598
Tributos Compensáveis		10	7
Despesas Pagas Antecipadamente		3	2
Outros Ativos Circulantes		106	125
Ativo Não Circulante		64.215	66.287
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	5	403	291
Depósitos Judiciais e Cauções		110	-
Outros Ativos Não Circulantes		2.973	2.976
Imobilizado	6.1	60.292	62.560
Intangível	6.2	437	460
Total do Ativo		<u>71.230</u>	<u>78.950</u>

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Passivo Circulante		2.208	10.019
Fornecedores		265	1.210
Obrigações Sociais e Trabalhistas		347	360
Tributos		822	646
Dividendos Declarados		-	6.798
Encargos Setoriais		753	982
Outros Passivos Circulantes		21	23
Passivo Não Circulante		358	315
Tributos Diferidos		358	315
Total do Passivo		2.566	10.334
Patrimônio Líquido			
Capital Social	8.1	74.744	74.744
Reserva de Lucros	8.2	15.545	14.004
Prejuízos Acumulados	8.2	(42.415)	(40.527)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	8.2	20.790	20.395
Total do Patrimônio Líquido		68.664	68.616
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		71.230	78.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		37.725	30.864
(-) Parcela Variável		94	(188)
Tributos			
PIS-PASEP		(246)	(200)
Cofins		(1.135)	(922)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(350)	(284)
Reserva Global de Reversão - RGR		(983)	(798)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(151)	(123)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	9	<u>34.954</u>	<u>28.349</u>
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		<u>34.954</u>	<u>28.349</u>
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	10	(1.718)	(1.762)
Material		(96)	(51)
Serviços de Terceiros		160	(1.559)
Arrendamento e Aluguéis		(67)	(61)
Seguros		(19)	(16)
Doações, Contribuições e Subvenções		(33)	(2)
Tributos		(21)	(22)
Depreciação e Amortização		(2.731)	(2.732)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		-	2
Resultado da Atividade		<u>30.429</u>	<u>22.146</u>
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(461)	(60)
Receitas Financeiras		176	114
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		<u>30.144</u>	<u>22.200</u>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(1.201)	(1.121)
Resultado Líquido do Exercício		<u>28.943</u>	<u>21.079</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado Líquido do Exercício	28.943	21.079
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>28.943</u>	<u>21.079</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros (Prejuízos) Acumulados (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	83.744	8.350	4.223	7.271	(32.981)	70.607
Redução de Capital	(9.000)	-	-	-	-	(9.000)
Dividendos Adicionais Aprovados	-	-	-	(7.271)	-	(7.271)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	21.079	21.079
Destinação Proposta à A.G.O.:						
Reserva Legal	-	1.431	-	-	(1.431)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	(6.799)	(6.799)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	20.395	(20.395)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	74.744	9.781	4.223	20.395	(40.527)	68.616
Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	(20.395)	-	(20.395)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	28.943	28.943
Destinação Proposta à A.G.O.:						
Reserva Legal	-	1.541	-	-	(1.541)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(8.500)	(8.500)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	20.790	(20.790)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	74.744	11.322	4.223	20.790	(42.415)	68.664

(*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 13. As reservas de lucros foram constituídas, tomando como base os resultados acumulados divulgados nas demonstrações contábeis societárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	28.943	21.079
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	26	27
Depreciação	2.705	2.704
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.245	1.148
Outros	(1)	(2)
	<u>32.918</u>	<u>24.956</u>
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	(504)	(199)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(198)	234
Outros	343	63
	<u>(359)</u>	<u>98</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(229)	(102)
Fornecedores	(945)	916
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(13)	(43)
Tributos	50	(335)
Outros	(5)	(308)
	<u>(1.142)</u>	<u>128</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	31.417	25.182
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(879)	(775)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	<u>30.538</u>	<u>24.407</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Caixa adquirido em transação de capital		(9.000)
Redução de capital	-	-
Aplicações de investimentos curto prazo	(1.452)	-
Resgates de investimentos curto prazo	1.003	-
Imobilizado	(436)	(201)
Intangível	(3)	(9)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	<u>(868)</u>	<u>(9.210)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(35.693)	(7.271)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	<u>(35.693)</u>	<u>(7.271)</u>
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.043)	7.926
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	9.672	1.746
No fim do exercício	3.629	9.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a LUMITRANS Companhia Transmissora de Energia Elétrica, está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão

<u>Número</u>	<u>Prazo (anos)</u>	<u>Vigência até</u>	<u>RAP (*)</u>	<u>Índice de correção</u>	<u>Data entrada da operação comercial em</u>	<u>Ciclo do degrau</u>
007/2004	30	2034	43.634	IGP-M	out/07	2022-2023

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.895 de 13/07/2021.

Em 03 de outubro de 2007, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.1. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do COVID-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

A partir de 18 de outubro de 2021, os colaboradores do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de escala híbrida e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos. A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco significativo de não realização de seus recebíveis.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 15, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 21 de março de 2022.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado e intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.2. Arrendamentos

A LUMI avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a LUMI reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

As operações de arrendamento mercantil são restritas aos bens administrativos e estas operações devem ser submetidas à aprovação pelo Órgão Regulador quando celebradas entre partes relacionadas ou acarretar desvinculação de bem.

3.3. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.3.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.4. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.5. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

VNR (Valor Novo de Reposição)

A reavaliação compulsória do imobilizado deve ser aplicada ao imobilizado das Outorgadas as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR e o registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o saldo contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida – RR.

4. Caixa, equivalentes de caixa e Investimento temporários

Instituição / linha devedora	31/12/2021		31/12/2020	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	4.078	4.078	9.672	9.672
Caixa e Bancos	94	94	151	151
Aplicações Financeiras	3.535	3.535	9.521	9.521
Investimentos Temporários	449	449	-	-

5. Concessionárias e Permissionárias

5.1. Composição das Contas a Receber

Descrição	Valores Correntes					Total 2021	Total 2020
	Corrente a vencer	Corrente vencida					
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.632	8	7	6	403	3.055	2.550
Total	2.632	8	7	6	403	3.055	2.550
						2.652	2.259
						403	291

(*) Alguns usuários do sistema de transmissão ingressaram com ações judiciais questionando as tarifas cobradas pelo uso de sistema de transmissão. Como essas ações foram ajuizadas há mais de um ano, a Companhia classifica no aging list um item vencido há mais de 365 dias. Cabe ressaltar dessas ações estão depositadas judicialmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão	91.788	-	-	-	91.788	-	(37.685)	54.103	56.802
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	152	-	-	-	152	-	(63)	89	94
Máquinas e Equipamentos	91.319	-	-	-	91.319	-	(37.318)	54.001	56.676
Veículos	292	-	-	-	292	-	(284)	8	26
Móveis e Utensílios	25	-	-	-	25	-	(20)	5	6
Administração	71	-	-	-	71	-	(57)	14	19
Máquinas e Equipamentos	71	-	-	-	71	-	(57)	14	19
Subtotal	91.859	-	-	-	91.859	-	(37.742)	54.117	56.821
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão	5.710	430	-	-	6.140	430	-	6.140	5.710
Máquinas e Equipamentos	1.273	284	-	-	1.557	284	-	1.557	1.273
Material em depósito	3.068	146	-	-	3.214	146	-	3.214	3.068
Outros	1.369	-	-	-	1.369	-	-	1.369	1.369
Administração	29	6	-	-	35	6	-	35	29
Máquinas e Equipamentos	21	6	-	-	27	6	-	27	21
Outros	8	-	-	-	8	-	-	8	8
Subtotal	5.739	436	-	-	6.175	436	-	6.175	5.739
Total do Ativo Imobilizado	97.598	436	-	-	98.034	436	(37.742)	60.292	62.560

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.2. A composição do intangível é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	494	-	-	-	494	-	(129)	365	391
Servidões	365	-	-	-	365	-	-	365	365
Softwares	129	-	-	-	129	-	(129)	-	26
Administração	157	-	-	-	157	-	(155)	2	2
Softwares	115	-	-	-	115	-	(113)	2	2
Outros	42	-	-	-	42	-	(42)	-	-
Subtotal	651	-	-	-	651	-	(284)	367	393
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	56	2	-	-	58	2	-	58	56
Softwares	44	2	-	-	46	2	-	46	44
Outros	12	-	-	-	12	-	-	12	12
Administração	11	1	-	-	12	1	-	12	11
Softwares	-	1	-	-	1	1	-	1	-
Outros	11	-	-	-	11	-	-	11	11
Subtotal	67	3	-	-	70	3	-	70	67
Total do Ativo Intangível	718	3	-	-	721	3	(284)	437	460

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2021			31/12/2020
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	2,95%	91.788	(37.685)	54.103	56.802
Custo Histórico	2,95%	91.788	(37.685)	54.103	56.802
Administração	2,57%	71	(57)	14	19
Custo Histórico	2,57%	71	(57)	14	19
		91.859	(37.742)	54.117	56.821
Em curso					
Transmissão	-	6.140	-	6.140	5.710
Administração	-	35	-	35	29
		6.175	-	6.175	5.739
		98.034	(37.742)	60.292	62.560

6.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	
	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	290	290
Material em Depósito	146	146
Total das Adições	436	436

6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Provisões para Litígios

Perda provável

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui demandas judiciais e administrativas classificados como probabilidade de perda “provável”, por isso, não contabilizou qualquer provisão.

Perda possível

Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificadas como “possível” têm valor estimado de R\$375 referente a três processos de natureza trabalhista e um referente a processo de natureza tributária e (em 31 de dezembro de 2020, R\$302 referente a dois processos de natureza trabalhista e um referente a processo de natureza tributária).

8. Patrimônio Líquido

8.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$74.744, representado por 72.012.095 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de Ações		
	Integralizadas Ordinárias	% do capital Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	57.609.676	80,00%	80,00%
Alupar Investimento S.A.	10.801.280	15,00%	15,00%
Auto Invest Inspeções Técnicas de Veículos Ltda.	3.601.139	5,00%	5,00%
	72.012.095	100,00%	100,00%

8.2. Reservas de lucros

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva legal	11.322	9.781
Reserva de retenção de lucros	4.223	4.223
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	20.790	20.395
	36.335	34.399

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$11.322 (R\$9.781 em 31 de dezembro de 2020).

Reserva de retenção de lucros: Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$4.223.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Receita Operacional Bruta e Líquida

Receita Líquida	31/12/2021	31/12/2020
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	37.725	30.864
(-) Parcela Variável	94	(188)
Programa de Integração Social - PIS	(246)	(200)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.135)	(922)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(350)	(284)
Reserva Global de Reversão - RGR	(983)	(798)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(151)	(123)
Total	34.954	28.349

9.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória n. 2.895, de 13 de julho de 2021, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2021, cujo impacto tarifário para o ciclo 2021~2022 referente aos contratos reajustados pelo IGP-M foi de 37,04%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2020 (com data-base em 2019) e a próxima será em 1 de julho de 2024.

10. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal		
Remuneração	941	992
Encargos	319	328
Previdência privada	37	47
Assistência médica	95	102
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	190	180
Outros	136	113
Total	1.718	1.762

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	37.819	37.819	30.676	30.676
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	3.026	4.538	2.454	3.681
Receitas financeiras	176	176	114	114
Base de cálculo	3.202	4.714	2.568	3.795
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	777	424	618	342
Outros	-	-	100	61
Imposto de renda e contribuição social no resultado	777	424	718	403

12. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

13. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Ativo	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.629	-	3.629	9.672	-	9.672
Investimentos Temporários (*)	449	-	449	-	-	-
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	2.652	-	2.652	2.259	-	2.259
Serviços em Curso	166	-	166	598	-	598
Ativo Contratual da Concessão	-	25.756	25.756	-	26.271	26.271
Tributos Compensáveis	10	-	10	7	-	7
Despesas Pagas Antecipadamente	3	-	3	2	-	2
Outros Ativos Circulantes	106	(2)	104	125	-	125
Ativo Não Circulante						
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	403	-	403	291	-	291
Depósitos Judiciais e Cauções	110	-	110	-	-	-
Ativo contratual da concessão	-	88.457	88.457	-	88.389	88.389
Outros Ativos Não Circulantes	2.973	-	2.973	2.976	-	2.976
Imobilizado	60.292	(60.189)	103	62.560	(62.435)	125
Intangível	437	(425)	12	460	(449)	11
Total do Ativo	71.230	53.597	124.827	78.950	51.776	130.726

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	265	-	265	1.210	-	1.210
Arrendamento Mercantil	-	35	35	-	35	35
Obrigações Sociais e Trabalhistas	347	-	347	360	-	360
Tributos	822	-	822	646	-	646
Dividendos Declarados	-	-	-	6.798	-	6.798
Encargos Setoriais	753	-	753	982	-	982
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	1.713	1.713	-	1.747	1.747
Outros Passivos Circulantes	21	-	21	23	1	24
Passivo Não Circulante						
Arrendamento Mercantil	-	34	34	-	58	58
Tributos Diferidos	358	3.518	3.876	315	3.530	3.845
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	5.882	5.882	-	5.878	5.878
Total do Passivo	2.566	11.182	13.748	10.334	11.249	21.583
Patrimônio Líquido						
Capital Social	74.744	-	74.744	74.744	-	74.744
Reservas de Lucros	15.545	-	15.545	14.004	-	14.004
(Prejuízos) Acumulados	(42.415)	42.415	-	(40.527)	40.527	-
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	20.790	-	20.790	20.395	-	20.395
Total do Patrimônio Líquido	68.664	42.415	111.079	68.616	40.527	109.143
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	71.230	53.597	124.827	78.950	51.776	130.726

(*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, às seguintes contas: Investimento de curto prazo e Dividendos a pagar, respectivamente.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	37.725	(37.725)	-	30.864	(30.847)	17
Receita de Operação e Manutenção	-	7.535	7.535	-	13.999	13.999
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	-	-	-	(10.892)	(10.892)
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	29.743	29.743	-	33.307	33.307
(-) Parcela Variável	94	-	94	(188)	-	(188)
Tributos						
PIS-PASEP	(246)	3	(243)	(200)	(36)	(236)
COFINS	(1.135)	14	(1.121)	(922)	(165)	(1.087)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(350)	-	(350)	(284)	-	(284)
Reserva Global de Reversão – RGR	(983)	11	(972)	(798)	(144)	(942)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(151)	2	(149)	(123)	(22)	(145)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	34.954	(417)	34.537	28.349	5.200	33.549
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	34.954	(417)	34.537	28.349	5.200	33.549
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(1.718)	-	(1.718)	(1.762)	-	(1.762)
Material	(96)	(433)	(529)	(51)	(194)	(245)
Serviços de Terceiros	160	-	160	(1.559)	-	(1.559)
Arrendamento e Aluguéis	(67)	36	(31)	(61)	41	(20)
Seguros	(19)	-	(19)	(16)	-	(16)
Doações, Contribuições e Subvenções	(33)	-	(33)	(2)	-	(2)
Tributos	(21)	-	(21)	(22)	-	(22)
Depreciação e Amortização	(2.731)	2.696	(35)	(2.732)	2.692	(40)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	-	-	2	(2)	-
Resultado da Atividade	30.429	1.882	32.311	22.146	7.737	29.883
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(461)	(3)	(464)	(60)	(20)	(80)
Receitas Financeiras	176	(4)	172	114	-	114
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	30.144	1.875	32.019	22.200	7.717	29.917
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(1.201)	13	(1.188)	(1.121)	(171)	(1.292)
Resultado Líquido do Exercício	28.943	1.888	30.831	21.079	7.546	28.625

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

13.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber de clientes", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

13.1.2. Ativo contratual da concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IGP-M e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

13.1.3. Custo de infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

13.1.4. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatórios.

13.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	111.079	109.143
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(53.543)	(51.697)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	15	14
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	11.113	11.156
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>68.664</u>	<u>68.616</u>

13.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	30.831	28.625
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(1.758)	(7.638)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(117)	(79)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(13)	171
Lucro líquido regulatório	<u>28.943</u>	<u>21.079</u>